

O modelo de subdesenvolvimento industrializado torna-se vigente no Brasil a partir dos anos 50. Ao contrário do modelo de substituição de importações, que vigorava desde 1930, este novo padrão de acumulação modifica profundamente a pauta de exportações do país. O Brasil, que sempre fora uma economia primário-exportadora, passa a exportar cada vez mais produtos manufaturados. Durante os anos 70, as exportações de manufaturados e semi-manufaturados já eram superiores às exportações de produtos primários no Brasil, representando 51,9% das exportações totais em 1980. Considerando-se apenas as exportações de manufaturados (excluídos os semi-manufaturados), o crescimento foi também extraordinário: em 1968, representavam apenas 9,3% e, em 1980, alcançaram 42% das exportações totais do país.

Na verdade, a economia brasileira, que nos anos 30 acelerava seu processo de industrialização via substituição de importações, nos anos 50, com a entrada das multinacionais e a intervenção crescente do Estado, dá um salto qualitativo. Desenvolve-se de maneira explosiva e ao mesmo tempo aprofunda os desequilíbrios e a concentração da renda.

Uma forma simplificada de abordar essas transformações é comparar a industrialização do modelo de substituição de importações, na forma que se apresentava durante os anos 30 e 40, com a industrialização baseada no modelo de subdesenvolvimento industrializado a partir dos anos 60 (deixando os anos 50 como um período de transição).

No modelo de substituição de importações, a tecnologia industrial era simples e trabalho-intensiva, e as empresas eram relativamente pequenas (atividades sem grandes economias de escala). No modelo de subdesenvolvimento industrializado, a tecnologia é complexa e capital-intensiva, e as empresas são muito maiores.

O setor dinâmico na velha industrialização é o de bens leves de consumo (Departamento II); na nova industrialização, o comando do processo industrial cabe ao setor de bens duráveis de consumo (Departamento III) e, na segunda metade dos anos 70, quando o modelo começa a esgotar-se e a entrar em crise, ao setor de bens de capital (Departamento I).

A liderança empresarial na primeira etapa cabe a empresários nacionais; na segunda, às empresas estatais e multinacionais.

O modelo de substituição de importações é voltado para dentro. As exportações entram em estagnação e a pauta de exportação permanece inalterada, primário-exportadora. O coeficiente de importações (importações em relação ao produto) cai sistematicamente. Apenas a pauta de importações se altera: o Brasil deixa de importar bens de consumo para importar bens de capital e matérias-primas. Já no modelo de subdesenvolvimento industrializado, a economia volta-se para fora. As exportações crescem e se diversificam. O país transforma-se em exportador crescente de manufaturados, ultrapassando definitivamente a fase primário-exportadora. O coeficiente de importações cresce, ainda que moderadamente.

Em ambos os modelos de industrialização, a renda se concentra, mas concentra-se muito mais no segundo padrão de acumulação. A razão básica para isso é simples. No modelo de substituição de importações, era possível favorecer a industrialização também via transferência de renda do setor exportador (café, principalmente), enquanto no modelo de subdesenvolvimento industrializado, esgotada a possibilidade do confisco cambial sobre o café devido à queda dos preços internacionais a partir de 1954, só era possível extrair renda dos trabalhadores via mais-valia absoluta e relativa.

Os dois modelos levaram ao desequilíbrio externo e à inflação. Os dois modelos favoreceram a acumulação em detrimento dos salários dos trabalhadores. Mas em nenhum dos dois a taxa de acumulação cresceu de maneira decisiva, porque o departamento propulsor do desenvolvimento era sempre produtor de bens de consumo: não-duráveis no primeiro caso, duráveis no segundo. Apenas no final do modelo de subdesenvolvimento industrializado, em meados dos anos 70, a liderança industrial passou para a indústria de bens de capital sob encomenda e para as empresas estatais, mas nesse momento o modelo já estava em crise, na medida em que o Estado também começava a entrar em crise, como veremos na última parte deste livro.

O fato de a taxa de acumulação de capital (formação bruta de capital fixo) ter alcançado 26,8% em 1975, conforme se pode ver pelo Quadro VII, deve-se mais ao aumento da utilização de poupança externa (via déficits na balança de transações correntes e conseqüente financiamento externo) do que a um efetivo aumento de poupança.

De qualquer forma, apesar de todos os desequilíbrios que iremos examinar, é preciso não subestimar o extraordinário processo de desenvolvimento econômico pelo qual passou o Brasil nos últimos cinquenta anos.

## Quadro VII: Taxas de Acumulação e Desenvolvimento

Anos	Taxa de Acumulação de Capital	Taxa de Poupança Externa	Taxa de Crescimento do PIB
1970	21,7	1,3	8,3
1971	22,5	2,8	12,0
1972	22,7	2,2	11,1
1973	23,4	1,9	14,0
1974	24,9	5,2	9,5
1975	26,8	4,6	5,6
1976	26,6	3,7	9,7
1977	24,9	2,1	5,4
1978	25,2	3,3	4,8
1979	24,7	4,2	6,7
1980	24,3	4,5	7,9

Obs.: 1) Taxa de acumulação de Capital = Formação Bruta de Capital Fixo/Produto Nacional Bruto.

2) Taxa de Poupança Externa = Saldo do Balanço de Pagamentos em Conta Corrente/Produto Nacional Bruto.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, *Conjuntura Econômica*, janeiro 1982.

O Brasil não foi capaz de criar aqui uma sociedade mais justa, mas sem dúvida criou uma sociedade mais capitalista e mais desenvolvida. Até 1930, o Brasil era um país agrícola. Entre 1930 e 1960, industrializou-se via substituição de importações. Depois de 1960, desenvolveu um parque industrial poderoso, integrado e tecnologicamente sofisticado. Taxas de crescimento em torno de 7% ao ano permitiram um grande aumento na produção por habitante, embora a taxa de crescimento da população também fosse excessivamente grande.

É importante, entretanto, assinalar que, enquanto a taxa de crescimento da produção se mantinha aproximadamente naqueles níveis, a taxa de crescimento da população reduzia-se devido principalmente à diminuição da taxa de natalidade. De fato, a taxa de crescimento anual da população caiu de 2,99% nos anos 50 e 2,89% nos anos 40 para 2,49% nos anos 70. Esta redução foi possível porque a taxa de natalidade, que era de 43,2 por mil nos anos 50, caiu para 33,0 por mil nos anos 60, enquanto a taxa de mortalidade caía menos acentuadamente de 14,2 por mil para 8,1 por mil. A diferença entre essas duas taxas resulta no aumento da população. A diminuição da natalidade deveu-se principalmente ao processo de urbanização, já que as famílias urbanas tendem a ter menos filhos. Em 1940, apenas 37,2% da população brasileira era urbana, enquanto em 1980 essa porcentagem já alcan-

çava 67,6%. Mas deveu-se, também, ao surgimento de uma camada média urbana, que também limita o número de seus filhos. O Quadro VIII resume a evolução da população brasileira.

Em conseqüência desse aumento de renda por habitante, apesar de toda a concentração de renda e da marginalização de uma parcela ponderável da sociedade, não há dúvida de que houve acumulação e desenvolvimento.

Novas classes e novas ideologias surgiram. A burguesia mercantil e latifundiária foi substituída aos poucos pela burguesia industrial, primeiro na liderança do processo econômico e mais tarde na direção do processo político. No nível das camadas médias, ao lado da pequena burguesia, surgiu uma nova classe, a tecnoburocracia. A classe operária cresceu, diversificou-se, assumiu crescente consciência política.

E o processo político, que era oligárquico e cartorial até 1930, transformou-se em populista a partir de então, mas no final dos anos 70, depois de um interregno autoritário, havia claras indicações de que o país caminhava para uma política de caráter ideológico.

Quadro VIII: Evolução da População Brasileira

Ano	População (1.000 hab.)	Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	Natalidade por mil habitantes	Mortalidade por mil habitantes
1872	9.930	—	—	—
1890	14.334	2,01	—	—
1900	17.438	1,98	—	—
1920	30.636	2,88	—	—
1940	41.165	1,49	—	—
1950	51.942	2,39	44,4	20,9
1960	70.070	2,99	43,2	14,2
1970	93.139	2,89	38,7	9,8
1980	119.099	2,49	33,0	8,1

Fonte: IBGE

Obs.: As taxas referem-se aos intervalos entre as datas dos censos.

Em todo esse período, assistimos à transformação do Brasil em uma economia em que o processo de acumulação de capital torna-se endógeno e cíclico. A dinâmica do processo, que no período primário-exportador vinha de fora, passa a vir de dentro. Embora a economia permaneça fortemente integrada e dependente do sistema capitalista internacional, no qual o Brasil

já figura como o oitavo mercado em dimensão, o clássico processo de acumulação, sobre-acumulação e crise passa a depender basicamente da própria dinâmica interna da economia brasileira.